



ZOOM

As raízes nipônicas de Pernambuco

Há 74 anos, oficiais do Império Japonês assinavam a ata de rendição que encerrou a Segunda Mundial. Imigrantes e descendentes que vivem no estado contam suas histórias

Por: Artur Ferraz em 31/08/19 às 12H26, atualizado em 30/08/19 às 20H24



Sr. Tadatsune Sato e sua esposa, a Sra. Keiko Sato

Foto: Rafael Furtado/ Folha de Pernambuco

Hiromi Kubo tinha 6 anos quando viu a cidade de Hiroshima, no Japão, ser devastada pela bomba atômica. “Eu estava brincando de me esconder com outras crianças e subi até o primeiro andar

[da casa]. Fiquei sentado na frente da janela, olhando na direção de Hiroshima, e vi aquela nuvem de cogumelo, bem preta. Não sabia o que era”, recorda. Na explosão, o futuro agrônomo, hoje um senhor de 80 anos que vive no Agreste pernambucano, perdeu uma prima. “Não encontraram nem o corpo”, diz.

Aquela não foi a primeira vez que o menino nascido em Kure, a 23 km do epicentro da tragédia, presenciava a destruição causada pela Segunda Guerra Mundial. Um mês antes, a família ficou desabrigada depois que parte da cidade natal, onde havia sido instalado um dos principais estaleiros da Marinha Imperial Japonesa, foi bombardeada pela força aérea norte-americana. Enquanto Kubo, a mãe e três dos seus quatro irmãos se mudaram para uma localidade próxima, o pai, engenheiro naval que trabalhava na fábrica do governo, seguiu para um abrigo. Já o irmão que não estava com a família estudava no interior, mais seguro.

Leia também:

[Japoneses criam, quase que por acidente, sorvete que não derrete](#)

[Universidade do Japão firma parceria com o Nordeste](#)

[Taiwan tem primeiros casamentos gays da Ásia](#)

Na próxima segunda-feira, 2 de setembro, completam-se 74 anos desde o dia em que oficiais do Império Japonês assinaram, na baía de Tóquio, o tratado de rendição que encerrou o maior conflito bélico da História. A capitulação foi declarada quase um mês depois do lançamento do Little Boy (‘menino pequeno’, em inglês), como foi chamada a bomba nuclear que teria deixado, só nas primeiras semanas após o ataque, mais de 100 mil mortos, além de outros milhares de pessoas com graves problemas de saúde por causa da exposição à radiação. A área atingida chegou a um raio de aproximadamente 10 km. No momento da explosão, a comunidade onde o menino Hiromi estava ficava a cerca de 12 km de Hiroshima.

Em Pernambuco, o senhor Kubo construiu há quase 50 anos sua Hiroshima particular: uma chácara às margens da PE-85, em Barra de Guabiraba, a 110 km do Recife. Diferente da Hiroshima do pós-guerra, que teve de se reerguer em meio aos destroços, a Hiroshima pernambucana foi criada em um mundo novo, pouco povoado, cheio de verde e longe do caos urbano, sendo mantida por décadas como espaço de cultivo de flores. Com chuvas regulares e uma altitude de mais de 450 metros acima do nível do mar, o município que fica na transição da Zona da Mata para o Agreste apresentava o terreno ideal para a produção. “Você precisa de um clima mais frio para as flores temperadas, como rosa, crisântemo, gipsofila, que o povo daqui não plantava”, conta. Casado com uma pernambucana, teve três filhos, dois homens e uma mulher.

Para chegar até aqui, Hiromi Kubo percorreu uma jornada extensa. Com o fim da guerra, o pai dele reencontrou a família e ficou sem emprego. Acabou arranjanado um trabalho em outra cidade, onde permaneceram por seis anos. Decidido a sair do Japão, o jovem Kubo resolveu estudar agronomia quando soube que o Brasil precisava de imigrantes para trabalhar com agricultura. “Nós não éramos agricultores, então precisei tirar o atestado (habilitação). E no ginásio, quando via a história dos refugiados da Somália e da Etiópia, eu queria vir ao Brasil para produzir alimentos e ajudar esses povos”, lembra.

Assim, em julho de 1959, solteiro, com 20 anos, ele foi até o porto de Kobe para embarcar no navio America Maru, que ainda parou em Yahohama, de onde seguiu para o Ocidente. A primeira parada

no continente americano foi em São Francisco, nos Estados Unidos, antes de vir ao Brasil. Desembarcou em Santos, São Paulo, após 60 dias de viagem. No Sudeste, trabalhou em propriedades rurais e numa cooperativa agrícola em Cotia, no interior paulista. Em 1969, veio para o Nordeste. “Na época, as flores vinham de São Paulo, aqui não tinha produção. E eu comecei a plantar [por conta própria]”, relata.

Sul maravilha

Em São Paulo, estado que até hoje concentra a maior comunidade nipônica no País, a vida também difícil para os imigrantes japoneses do século 20. Parte dos descendentes que atualmente vivem em Pernambuco veio por lá. É o caso do aposentado Aroldo Kenji Ojima, 68. Os avós dele chegaram a Santo André, no ABC paulista, no fim da década de 1910. “Eles vieram achando que ganhariam fortuna no Brasil e voltariam logo para o Japão, mas no começo trabalharam para senhores de fazenda praticamente como escravos”, narra. Pouco tempo depois de seu pai, Kunio Ojima, nascer, o avô morreu de malária.

Caçula de oito irmãos, Kunio foi o único dos filhos que nasceu no Brasil. Morando na colônia japonesa de Piedade, também em São Paulo, para onde a família se mudou, teve que se alistar no Exército e logo foi convocado para lutar na campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, em 1943.

“Tinha poucos soldados descendentes de japoneses e ele era discriminado [pelos companheiros]. Achavam que ele era espião. E aqui no Brasil, a família não aceitava. ‘Lutar contra o Imperador?’, eles falavam”, conta Aroldo, que guarda a foto do pai jovem com uniforme militar no apartamento onde mora, em Boa Viagem. “Ele era do Batalhão de Engenharia. Tinha que ir na frente para ver se não tinha bomba, montar estratégia de ataque. E assim participou da Batalha de Monte Castelo”, lembra.

Enquanto o nissei - termo utilizado para quem pertence à segunda geração de japoneses em um lugar - lutava na Europa contra os alemães aliados do Japão, a mãe e os irmãos enfrentaram perseguição dos brasileiros sem poderem contar com a ajuda dos compatriotas. “As colônias japonesas eram perseguidas pelo próprio governo. Era policial que entrava na sua casa para verificar se não tinha arma. Você não podia sentar numa praça conversando em japonês, que prendiam. E a família tinha que ficar escondida, não podia abrir a boca porque meu pai estava na guerra contra o Japão”, diz.

Mestre de uma das mais tradicionais academias de artes marciais no Recife, Tadao Nagai, 84, que também veio de São Paulo, foi testemunha da perseguição sofrida pela família na época da guerra. “As terras do meu pai foram saqueadas pelas próprias pessoas que moravam nas imediações, mas ninguém podia falar nada. Um vizinho nosso tentou reagir [a um saque] e foi assassinado”, recorda.

Depois de passar um tempo em Avaré, a família dele se estabeleceu em Piraju, ambas as cidades no interior paulista. “No colégio, me humilhavam porque o Japão perdeu a guerra, chamavam de quinta-coluna”, conta. Depois desse período, aos 11 anos, Tadao foi morar na capital do estado para estudar. Morou por 13 anos em uma academia de judô com outros adolescentes e, já adulto, funcionário público federal, foi transferido para o Recife.

Em 1971, o nissei abriu sua própria academia no bairro de Boa Viagem, onde treinou várias gerações de judocas. Este ano, o faixa-vermelha 9º Dan, grau máximo do judô, recebeu uma comenda do governo japonês pela contribuição à disseminação da cultura nipônica no Brasil. “Não sei o que significa, mas eu sou comendador”, brinca.

Passado e presente

A pouco mais de 10 km da chácara Hiroshima e a 120 km da Capital pernambucana, fica situada a Colônia Japonesa de Rio Bonito, na cidade de Bonito, no Agreste. Na colônia, formada no final dos anos 1950 a partir de uma parceria entre os governos brasileiro e japonês, as famílias que se sustentavam da agricultura ganharam terras onde até hoje se cultivam flores e alimentos orgânicos, vendidos nas feiras de municípios do Agreste, Zona da Mata e Grande Recife. Ao longo do tempo, a comunidade, que chegou a abrigar 22 famílias de origem japonesa, hoje tem dez, segundo a população local. “Muita gente foi embora”, informou Hiromi Kubo na vazia sede da Associação Nipo-Brasileira do Bonito, da qual foi presidente.

A associação ainda funciona, mas, com cada vez menos membros, não realiza muitas atividades. Na parede, tem a foto do último encontro, em 2016. Parte disso se explica pelo próprio esvaziamento da comunidade. À medida que os filhos deixavam a colônia para estudar e trabalhar nos centros urbanos, muitos dos primeiros moradores morreram ou também se mudaram. Atualmente, os mais antigos da colônia são os japoneses Tadatsune, 84, e Keiko Sato, 78. O casal chegou em 1961, dois anos depois da fundação da localidade. Sem energia nem água, tiveram que construir do zero a pequena propriedade onde moram.

“Não tinha nada. Só mato”, lembra Keiko. “Começamos a namorar no navio e nos casamos aqui”, relata o marido. Simpático, mas de poucas palavras, o casal disse que teve filhos, uma mulher e um homem. A primeira, que morava nos Estados Unidos, trabalhava para uma companhia aérea e morreu num desastre de avião. O filho também passou uma época na América do Norte, mas hoje vive no Recife.

Com uma visão de mundo mais prática e uma maneira de falar das questões pessoais mais fechada, em geral, os japoneses não costumam transmitir, com detalhes, o que vivenciaram. Bisneto de japonês, o arquivista Alberto Sonoda, 32, não quer deixar perder essas histórias. Por isso, está em busca de financiamento e parcerias para produzir um documentário sobre a imigração nipônica para Pernambuco.

Ele conta que a ideia do projeto surgiu em 2008, quando já frequentava a Associação Cultural Japonesa do Recife, que promove atividades de promoção da cultura japonesa na cidade. “O maior material que eu tenho é da minha família, pelo que minha mãe me passou, mas consegui falar com outras. Vou começar em Pernambuco, mas quero expandir para os outros estados do Nordeste”, planeja.